



## REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL POR ADOLESCENTES NO CONTEXTO ESCOLAR

Gildete Rainha de Lima  
Alexandre Luiz Gonçalves de Rezende

### RESUMO

A escola, enquanto instituição que exerce um papel político definido segundo os interesses em jogo no cenário social, não consegue ficar imune à discriminação racial. O presente estudo analisa as representações sociais de 140 adolescentes, de ambos os gêneros, matriculados em escolas públicas de Ensino Médio, em Ceilândia/DF, sobre situações de discriminação vivenciadas no cotidiano. Pretende-se compreender se os adolescentes possuem uma visão crítica dos mecanismos de exclusão social. Os resultados subsidiam a discussão sobre a cultura negra e a participação do negro nas atividades da cultura corporal do movimento, trazendo o tema para dentro das aulas de Educação Física.

Palavras-chaves: Discriminação Racial, Representações Sociais, Adolescentes, Escola, Educação Física.

### ABSTRACT

The school plays a political role defined according to the interests belonging to the social scenario and can not be immune to racial discrimination. This study analyzes the social representations of 140 teenagers, from both genders, studying in public High-Schools in Ceilândia/DF/Brazil, if they have already suffered any kind of racial discrimination. It is intended to understand if they have a critical view of its social implications. The results will contribute to support a discussion about the afro culture and the black people participation in the corporal culture of movement, bringing up the theme to the Physical Education classes.

Key-words: Racial Discrimination, Social Representations, Teenagers, School, Physical Education.

### RESUMEN

La escuela tiene un papel político definido por los intereses en juego en la realidad social. Este estudio analiza las representaciones sociales de 140 adolescentes, de ambos sexos, matriculados en las escuelas públicas secundarias en Ceilândia/DF/Brasil, por la discriminación racial que sufren en la vida cotidiana. La intención es verificar si los adolescentes tienen una visión crítica de los mecanismos de exclusión social. Los resultados apoyan el debate sobre la cultura y la participación del negro en las actividades de la cultura del cuerpo in movimiento, con el fin de llevar el debate a la clase de Educación Física.

Palabras-clave: Discriminación Racial, Representaciones Sociales, Adolescentes, Escuela, Educación Física.

## *Introdução*

Consciente da importância do papel que compete à escola na formação dos jovens para o exercício crítico de uma cidadania participativa e comprometida com a construção de uma sociedade melhor, cada uma das disciplinas que compõem o currículo escolar deve refletir sobre as contribuições específicas que estão implícitas em seu conteúdo ou em sua metodologia de ensino, de forma a maximizar o seu envolvimento na formação política, social e pessoal da juventude.

Conhecer a história das etnias negras e as suas raízes culturais, como também a sua participação na história do Brasil; conhecer os heróis negros e as suas proezas, como também as personalidades brasileiras de renome internacional que eram ou são negras; conhecer as características biológicas e as vantagens genéticas da raça negra, como também a sua beleza física; enfim, entrar em contato com esses e outros conhecimentos sobre as pessoas negras contribui para re-significar a visão negativa e combater a rejeição social a que estão sujeitos.

As discussões acerca da discriminação racial geralmente abordam questões polêmicas e complexas, que extrapolam a esfera da subjetividade ou uma dimensão comportamental, pois possuem raízes ideológicas e históricas que necessariamente devem ser levadas em consideração, para uma compreensão mais abrangente do fenômeno.

Por exemplo, ao mesmo tempo em que a escola se apresenta como uma instituição que pode contribuir para o combate à discriminação racial, por outro lado, enquanto parte de um contexto sócio-cultural mais amplo, a própria escola se revela como um espaço onde a discriminação racial ocorre e onde essas representações sociais e esses valores são perpetuados.

Existem dados demográficos, sobre as estatísticas educacionais brasileiras, que confirmam o fato de que a evasão de crianças e adolescentes negros e negras nas escolas públicas alcança índices alarmantes, superiores aos encontrados para os demais estudantes. Inúmeras pesquisas apontam que a causa desse fenômeno não está restrita às questões pedagógicas, econômicas ou sociais, mas que também inclui, talvez de forma camuflada ou velada, o tratamento diferenciado que os estudantes negros e negras recebem por parte de alguns membros de toda a comunidade escolar, incluindo professores, colegas, servidores e pais.

Com o intuito de tentar compreender como as pessoas aprendem a se comportar de uma maneira discriminatória, sem que isso lhe tenha sido ensinado de uma forma explícita, o presente trabalho investiga: se os adolescentes, de ambos os sexos e todos os tons de cor da pele, matriculados em escolas públicas de Ensino Médio da cidade de Ceilândia – DF presenciam ações de discriminação racial em seu dia-a-dia, seja em espaços públicos ou privados; se possuem uma visão crítica das ações de discriminação racial e se já foram vítimas de ações discriminatórias, de uma maneira geral e particularmente nas aulas de Educação Física.

A pesquisa enfatiza, portanto, o relato da experiência social dos jovens com a discriminação racial, registrando suas impressões sobre como ela ocorre: em que locais e com que tipo de expressões ou palavras. Ter acesso a essas peculiaridades do fenômeno permite que as pessoas comprometidas com a educação possam criar políticas ou projetos direcionados para a transformação das questões-chaves.

*Racismo, preconceito e discriminação racial: seus conceitos e suas diferenças*

Segundo Hélio Santos (2001:81) o conceito de racismo e de preconceito racial se relaciona com um modo depreciativo “de ver certas pessoas ou grupos raciais”, em

contraposição a outro grupo que se auto-identifica como superior e se coloca como modelo. Essa conceituação torna possível entender como pessoas que possuem sentimentos racistas e preconceituosos podem não manifestar essa atitude em um ato concreto que exteriorize essas representações sociais.

O preconceito, não apenas racial, mas de qualquer tipo, é sempre uma atitude negativa em relação a alguém, uma visão depreciativa, antecipada e desfavorável, que coloca em discussão o direito dessa pessoa a um tratamento igualitário.

O preconceito pode tomar como referência vários tipos de circunstâncias, mas de modo geral atua fazendo comparações entre um pretensão padrão de referência, que geralmente leva em consideração valores impostos socialmente como dominantes, seja este de beleza, de inteligência ou de habilidade, para julgar o quanto os membros de outros grupos se aproximam ou não dessa “norma” cultural.

O discurso, comum no Brasil, de uma neutralidade racial, negando a existência do preconceito, muitas vezes corresponde a marca mais evidente da construção de uma identidade branca. Segundo Piza (2002:86), deve-se ter um cuidado especial com o sentido ideológico presente no conceito de alteridade, que pretende entender o outro a partir de como ele mesmo se vê.

Na verdade é impossível para qualquer pessoa ou pesquisador, abstrair-se de sua própria subjetividade, o que transforma o esforço teórico-metodológico da alteridade em um reconhecimento do outro a partir de mim mesmo, justamente o contrário do que se pretende. Os processos cognitivos de comparação e classificação necessários para que se identifique as semelhanças e diferenças, não conseguem operar segundo uma lógica de reciprocidade, pois na verdade “eu sou o outro para ele” e “ele é o outro para mim” - não há com quem comparar a não ser comigo mesmo.

O racismo, por sua vez, assume um sentido mais amplo. Tomando como referência uma visão preconceituosa, constrói um discurso e uma prática política que visam legitimar uma organização social caracterizada pelo domínio de determinados grupos raciais sobre outros, pautando-se em diversos argumentos ideológicos que apresentam as diferenças como algo que é definido pela natureza e não pela cultura.

Isso ajuda a compreender, em parte, o porquê da invisibilidade social do negro, que fica sempre escondido por trás do branco, como também esclarece a duplicidade do processo de dominação: ao serem estigmatizadas socialmente como seres inferiores, as próprias pessoas negras se omitem diante da violência que os atinge, ao mesmo tempo em que se observa um silêncio suspeito por parte do grupo que pratica a violência racial e dela se beneficia, concreta ou simbolicamente (BENTO, 2002:30).

No caso da discriminação racial, no entanto, o conceito passa a fazer referência a um comportamento, deliberado ou não, que provoca prejuízo material e moral, ou que afeta o exercício de direitos, atingindo a certa pessoa ou grupo de pessoas, em decorrência de sua raça ou da cor de sua pele.

A discriminação racial, quando os preconceitos dão ensejo a ações específicas, que materializam as pretensas diferenças raciais, pode ser classificada em: (1) ações intencionais, quando se observa um propósito direto de promover algum tipo de distinção, para legitimar a exclusão ou justificar o gozo de certas preferências ou privilégios por parte de um grupo em detrimento de outro, ou (2) ações consideradas como não intencionais, que têm os mesmos propósitos, porém obtidos de forma indireta, por meio da criação de normas e de práticas administrativas excludentes, que são aparentemente neutras, porém normalmente dotadas de grande potencial discriminatório.

Apesar de esses conceitos serem normalmente utilizados como sinônimos pelo senso comum, a diferenciação conceitual descrita acima torna possível a análise

separada dos diversos tipos de motivações e de comportamentos que cercam tais fenômenos, viabilizando uma compreensão mais detalhada das experiências vividas pelos adolescentes negros e negras.

No contexto dessa discussão, a idéia de raça perde cada vez mais a força no campo das ciências sociais para o conceito de etnia, que se refere não apenas a traços hereditários comuns, mas inclui também o modo de vida e os valores que sustentam a visão de homem e de sociedade de um determinado grupo social.

O próprio conceito de raça, no entanto, ao longo do debate acadêmico, foi aos poucos assumindo uma compreensão ampliada, passando a designar muito mais do que uma mera descrição biológica. Se inicialmente o termo raça era utilizado para identificar um conjunto humano que possui as mesmas características físicas, originárias de antepassados comuns, hoje o termo passa a ser entendido como uma construção social.

Segundo Hall (1996:49),

Raça é uma categoria discursiva e não biológica, ou seja, é a categoria organizadora destas maneiras de falar, dos sistemas de representação e das práticas sociais (discursivas) que utilizam um conjunto frouxo (sic), freqüentemente não específico de diferenças de traços físicos – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. – como marcadores simbólicos para diferenciar socialmente um grupo de outro.

A rigor, portanto, deve-se considerar que, do ponto de vista biológico, todos os homens e mulheres pertencem à uma mesma espécie animal, a espécie humana, que não deve ser dividida em sub-espécies, pois as diferenças entre os indivíduos não estão relacionadas com a questão genética, e sim com as variações ecológicas.

A idéia que prevalece, portanto, é a de aproximar a compreensão de raça como etnia, que se refere a um conjunto humano com sólido sentido de união e de pertencimento a uma mesma cultura, o que envolve, portanto, não apenas características biológicas, mas toda uma história, um idioma, uma tradição e seu conjunto de valores.

*O papel da escola diante dessas questões*

Como, curiosamente, o preconceito e a discriminação racial podem ser apontados, respectivamente, como atitudes e comportamentos que estão disseminados no seio da cultura e que são aprendidos pelas novas gerações, mesmo que não sejam ensinados de forma explícita para as crianças e jovens, a discussão sobre esses fenômenos deve ser trazida para dentro do currículo escolar.

Primeiro em função do papel formativo que a escola deve desempenhar na educação do cidadão e, segundo, pela necessidade de se conscientizar os estudantes para leitura crítica desses e de outros mecanismos ideológicos que apresentam a lógica de dominação presente na estrutura social e econômica como algo natural.

A complexidade desses fenômenos abre espaço para uma análise interdisciplinar, o que favorece a inclusão do tema em diversas disciplinas escolares, envolvendo os jovens ora na discussão dos aspectos biológicos, ora nas questões históricas, passando tanto pelos aspectos lingüísticos como pelas expressões artísticas e esportivas.

Esses conteúdos devem ser abordados de forma transversal, ao longo de todo o ano letivo, principalmente nos diversos momentos onde ocorrem as práticas de discriminação racial, seja na própria escola, na comunidade ou nos meios de comunicação, aproximando a reflexão teórica de suas implicações sociais e psicológicas práticas.

A escola, paralelamente, deve ter uma atenção especial com a violência simbólica presente na imposição dos valores da cultura dominante dispersos dentro do



currículo escolar. Compreender a escola como uma instituição condicionada politicamente pelo contexto sócio-político no qual está inserida, onde muitas vezes cumpre dialeticamente um papel de reprodução do *status quo*, é um passo fundamental para que o educador assuma o compromisso de minimizar essas influências ideológicas, ao mesmo tempo em que exercita a construção de uma proposta contra-hegemônica voltada para transformação social.

A psicologia social, por exemplo, nos apresenta estudos que demonstram como as atitudes e os comportamentos sociais são construídos no imaginário social. A interiorização de alguns conceitos, que fazem parte das representações coletivas, deixa marcas sutis nas pessoas que interferem nos processos de formação de sua identidade como indivíduo e, conseqüentemente, na construção de sua identidade coletiva.

Esses processos, muitas vezes, conduzem, de uma forma perversa, à alienação e à negação de si mesmo. É a partir dessas distorções que surge, por exemplo, a ideologia do branqueamento físico e cultural, que faz com que as pessoas negras busquem uma identificação com o outro referente e não com o seu igual, ou seja, que tomem como referência um modelo fixado a partir dos valores que caracterizam a cultura das pessoas brancas.

Como esse processo está presente na cultura de uma maneira geral, é preciso que a escola fique alerta para que não participe dele de forma acrítica e ingênua, mas que assuma o papel justamente de desvelar os mecanismos de socialização que estão articulados para a sua reprodução e perpetuação.

A superação crítica da ideologia do branqueamento requer ações paralelas de correção de suas implicações sócio-culturais, principalmente no resgate da auto-estima das crianças e jovens negros e negras, valorizando seus atributos positivos e garantindo a sua participação social.

É lógico que vão existir vários exemplos da presença do negro em todos esses espaços sociais, o que costuma aliviar um pouco a consciência social, mas quando se considera a proporção existente entre os diferentes grupos étnicos que compõem a população brasileira, percebe-se claramente que o desequilíbrio na visibilidade social é evidente.

A discriminação racial, ao longo da história, apresentou várias roupagens diante da sociedade. Hoje vivemos em um ambiente considerado democrático onde os discursos preconceituosos permanecem presentes no cenário social, mas de uma forma velada, por meio de uma falsa convivência social que, em tese, proporciona igualdade de condições para todos.

Na prática esse discurso tende a transferir a responsabilidade pela exclusão social para o próprio indivíduo, na medida em que exalta o sucesso de alguns, como uma celebração do ideal democrático, ao mesmo tempo em que esconde a desigualdade e a falta de condições dignas para os jovens oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo.

#### *A contribuição da teoria das representações sociais*

A sociedade brasileira é caracterizada como multirracial. Considerando que 49% de sua população é composta por pessoas que têm a cor da pele negra, não há como deixar de perguntar: onde estão esses corpos negros? Como eles se vêem e como são vistos pelo restante da população? Os adolescentes, apesar do período relativamente curto de vida, já viveram experiências sociais de discriminação racial? Qual é o nível de criticidade da opinião que os adolescentes têm sobre as questões relacionadas com a discriminação ou o preconceito racial?

Essas são perguntas típicas que a teoria das representações sociais utiliza como referência metodológica para obter dados sobre a realidade. A obtenção desses dados

está comprometida com a tarefa de auxiliar na compreensão de como as pessoas argumentam e explicam as suas ações e os seus posicionamentos enquanto membro de um grupo social e, conseqüentemente, a compreensão de como participam do processo de construção coletiva da realidade social.

Uma representação social deve ser entendida como “um conjunto de conceitos, frases e explicações originadas na vida diária durante o curso das comunicações interpessoais” (Moscovici, 1981:181). Logo, segundo Moscovici (1981:81),

por representações sociais, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum.

Enfatizar a necessidade do estudo das representações sociais dos adolescentes implica no reconhecimento de sua participação ativa na construção da realidade social, principalmente no contexto escolar, onde passam cerca de metade do dia e estão, em termos numéricos, em maioria.

Essa análise dos elementos cognitivos construídos a partir do relacionamento social deve ir além dos aspectos cognitivos e tentar abranger os valores, as motivações e outros temas utilizados para tentar explicar o comportamento do grupo.

Segundo Daolio (2007), as experiências em torno da corporeidade humana devem ser entendidas a partir de uma perspectiva antropológica, recuperando o conceito proposto por Marcel Mauss quando afirma, desde o início do Século XX, que

em qualquer realização do homem podem ser encontradas as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica. Essa tríplice abordagem só é possível de ser alcançada por que essas dimensões constituem uma unidade, quando encarnadas na experiência de qualquer indivíduo membro de determinada sociedade (Lévi-Strauss 1974:25).

Sendo assim, a Educação Física, que historicamente pautou a sua intervenção pedagógica a partir da influência predominante de um paradigma fisiológico, voltado para um conceito orgânico de saúde, é conclamada a estudar o homem e a entender as suas especificidades a partir das teorias que compõem os paradigmas sociológico e psicológico, vendo-se, portanto, diante de um novo ser, que ao mesmo tempo em que possui uma subjetividade, é construído socialmente e contribui para a construção da realidade social que o cerca.

Essa perspectiva insere a Educação Física no contexto da educação como um todo, de forma que, além dos seus objetivos específicos, relacionados com o desenvolvimento dos fundamentos psicomotores e a transmissão dos conhecimentos e práticas corporais que integram o acervo cultural da humanidade, ela passa a ter também o compromisso de contribuir para a completa formação dos educandos, incluindo nas aulas a discussão ética e política sobre valores sociais e posturas culturais que estão presentes no esporte, no lazer e nas demais manifestações culturais relacionadas ao corpo.

*A escola diante da(o) adolescente negra(o)*

Sem querer retirar a responsabilidade pela educação de outros segmentos da sociedade, no caso a família, a escola assume, atualmente, o papel de protagonista no processo de formação dos jovens, tanto em função das questões conjunturais, como

também em função de seu compromisso com a diversidade cultural e a pluralidade de idéias.

Apesar de a escola atuar, de certa forma, como um espelho da sociedade, quando reproduz todos os comportamentos excludentes e age de maneira a reforçá-los, mesmo de forma não intencional, ela não deixa de ser, dialeticamente, um espaço de luta pela superação dos problemas sociais e transformação da realidade social.

Segundo Bento (2005),

A escola e o processo de escolarização estão para os indivíduos não apenas como o lugar ou o contexto em que o conhecimento formal pode ser adquirido, mas também como aquele em que as relações sociais e raciais se formam.

O projeto político-pedagógico das escolas deve organizar discussões periódicas de forma que, ao longo da Educação Básica, os estudantes tenham acesso sistemático e aprofundado aos temas sociais relevantes, dentre outros a discriminação racial, com intuito de promover mudanças significativas e particulares em suas representações sociais e, por consequência, em seu comportamento social.

As crianças e adolescentes negros e negras já chegam ao espaço escola trazendo consigo um conhecimento prévio que reúne uma série de informações sobre as condições do negro na sociedade, além de um conjunto de experiências pessoais que demonstram como já viveram várias situações de discriminação à sua volta. (Bento, 2005)

A situação do negro no Brasil é marcada por diversos mecanismos sociais perversos, que atuam em nível cultural, econômico e político acentuando a sua exclusão social. As relações de convívio social passam a ser conflituosas na medida em que não se tem explícito qual é o pertencimento do negro nessa sociedade, pois a sua posição real de exclusão está camuflada pelo discurso demagógico de democracia racial.

Para se reverter essa situação é preciso não só a proposição de leis ou de políticas públicas sociais afirmativas, que cumprem a finalidade de contribuir para amenizar o problema social. Enquanto medidas paliativas, essas leis e políticas devem ser devidamente acompanhadas das transformações necessárias para que se atinja as causas reais da exclusão racial, o que inclui uma série de outras ações, com destaque para as medidas voltadas para a melhoria da qualidade dos serviços educacionais.

O papel da educação, por sua vez, abrange tanto a capacitação dos jovens para iniciarem carreiras profissionais promissoras, diminuindo os obstáculos para a realização de seu projeto pessoal de vida, como também, a modificação das representações sociais que reforçam a discriminação racial e tantas outras práticas sociais contrárias aos direitos humanos e à constituição brasileira.

Santos Filho (1993) ressalta que a discriminação racial se por um lado faz parte das representações sociais construídas a partir de elementos de um imaginário social que esta aí, disponível e que afeta a todos indistintamente, por outro lado, por remontarem, de alguma forma, a uma característica que está no corpo do estigmatizado, deve-se considerar que essa categorização social conta com o fato agravante de o indivíduo não pode deixar de carregar consigo o atributo que o torna estigmatizado.

A escola é uma das principais instituições sociais que contribui para manutenção da discriminação ao negro, quando reafirma discursos ou se comporta de maneira a defender o ideal de “democracia racial”, que trata o respeito às diferenças como um princípio universal, mas, paralelamente, convive com uma realidade social marcada pela diferença no acesso e no gozo dos direitos e oportunidades.

Segundo Barcelos (1992:38)

a aparência democrática da escola apenas esconde seus verdadeiros vínculos com a estrutura social dominante, pois a organização e o funcionamento do sistema escolar opera segundo uma lógica de seleção social pautada em critérios culturais ditados pelas classes dominantes. Nesse caso, a escola assume muito mais o papel de reprodutora, quando não de geradora das desigualdades sociais.

Sendo assim, se por um lado é impossível negar a importância da contribuição que a escola pode oferecer para a mudança desse quadro social como um todo, como também para a ascensão social dos adolescentes negros, por outro lado, a escola, infelizmente, transforma-se em um espaço de aversão para as crianças e adolescentes negros, na medida e que despreza e desvaloriza todos aqueles que não se encaixam na sua estrutura de hierarquização pelo mérito e de homogeneização da forma de ensinar.

As crianças e adolescentes negros costumam receber na escola dois tipos de tratamento: ou se destacam em determinado aspecto, passando a ser reconhecidos pelo mérito conquistado e a merecer atenção do professor e dos colegas, ou são simplesmente ignorados, quando não são rotulados com expressões depreciativas.

Aos professores compete conceder um tratamento igualitário para todos os estudantes, tomando o cuidado de aliar à sua tarefa na transmissão de conhecimentos, uma dimensão afetiva que demonstre a sua preocupação com ele como uma pessoa. Isso se manifesta na prática com atitudes simples de afeto como elogiar o seu rendimento e o seu esforço, ou chamar o estudante pelo primeiro nome, atitudes necessárias para demonstrar a possibilidade de superação do que aqui se questiona.

Cabe aos professores aprofundarem essa discussão para despertarem a consciência crítica dos estudantes acerca das formas cada vez mais sutis e inofensivas, que chegam a ser imperceptíveis tanto por quem as pratica como também por quem é vítima delas.

#### *Metodologia*

##### *Amostra*

A amostra é composta de 140 adolescentes, de ambos os gêneros, sendo 62,1% feminino e 37,9% masculino, matriculados em cinco escolas públicas, no primeiro ano do Ensino Médio, na cidade de Ceilândia – DF, em outubro de 2008.

Ceilândia é a cidade mais populosa do Distrito Federal. Segundo dados do IBGE – Censo de 2000 é também a cidade do Distrito Federal com o maior número de pessoas que relataram ter a cor da pele negra.

Os estudantes são, de uma maneira geral, oriundos de famílias de renda média-baixa. A Tabela 1 abaixo descreve a amostra em relação à cor da pele. Como essa informação provém da declaração pessoal de cada respondente, é possível que pessoas com fortes traços negros prefiram se identificar como pardos, tanto como forma de proteção, evitando ser alvo de discriminação, como fruto de uma falta de identificação com o estereótipo que a sociedade tem das pessoas negras.

Tabela 1 – Descrição da amostra de acordo com o relato dos estudantes sobre qual é a cor da sua pele

Cor da pele	Número de sujeitos	Percentual
Parda	35	25,0%
Negra	31	22,1%
Branca	31	22,1%
Amarela	28	20,0%



Morena	13	9,3%
Total	138	98,6%
Sem resposta	2	1,4%
Total Geral	140	100,0%

### Métodos

Os sujeitos responderam um questionário, com uma pergunta chave pautada no princípio de livre associação, ou seja, com um comando que solicita à pessoa que responda da maneira mais rápido possível, utilizando a primeira idéia que lhe vêm à mente. Essa técnica pretende minimizar o efeito do viés provocado pela desejabilidade social, quando o sujeito que responde procura dar a resposta que acredita ser a desejada pelo pesquisador.

Nessa pergunta chave a pessoa deveria completar, com seis palavras ou expressões de sua livre escolha, a seguinte frase: uma pessoa age com preconceito racial quando... Após preencher a primeira questão, a pessoa deveria indicar, dentre as palavras ou expressões escritas, quais eram as 3 consideradas mais importantes, numerando a mais importante com o número 1 e assim sucessivamente.

Após a pergunta principal do questionário, também denominado de evocação, pois solicita que a pessoa traga para a consciência os significados sobre o preconceito racial que estão em sua memória, cada um deveria complementar o preenchimento do questionário fornecendo informações adicionais sobre: (1) se já presenciou situações em que pessoas agiam com preconceito racial e onde isso aconteceu, incluindo as aulas de Educação Física; (2) se já foi vítima de preconceito racial; (3) qual era a sua opinião, contra ou a favor, diante de algumas afirmações chaves sobre o preconceito racial, de maneira a caracterizar se os adolescentes tinham ou não uma visão crítica do racismo semelhante a defendida pelo movimento negro; (4) qual era o gênero que a cor da sua pele.

Como todas as variáveis de estudo são de natureza categórica e não foi realizado nenhum tipo de intervenção da realidade, o estudo possui um caráter observacional, e suas variáveis foram analisadas por meio de ferramentas da estatística descritiva. Não se pretende extrapolar os resultados encontrados para outros grupos, dedicando-se tão somente a entender melhor a realidade do grupo que participou da pesquisa.

Todos os sujeitos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de acordo com as exigências do Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos da Universidade de Brasília.

### Resultados e discussão

O estudo das representações sociais pressupõe que as pessoas tenham um conhecimento direto e mantenham um contato próximo com o fenômeno a ser analisado, caso contrário, como serão capazes de representá-lo? Não se pode falar sobre representação social de algo que as pessoas nem sabem que existe? Na Tabela 2, abaixo, estão os dados relativos à questão: você já presenciou alguém agindo com preconceito racial?

Tabela 2 – Relação dos adolescentes que já presenciaram ações de preconceito, divididos por gênero e cor da pele

		Gênero			
Cor da pele	Total	Masculino		Feminino	
		Presenciou		Presenciou	
		Sim	Não	Sim	Não
Negra	31	10	1	17	3
Branca	31	13	1	16	1

Amarela	28	6	1	16	5
Morena	13	6	3	2	2
Parda	35	8	3	20	4
Total		31,2%	6,5%	51,5	10,9%

Os resultados indicam que 81,4% dos adolescentes já presenciaram situações de discriminação racial, fornecendo evidências de que tais ações fazem parte de suas experiências de vida e, conseqüentemente, do meio social no qual circulam. Não existem diferenças nessa questão em relação ao gênero ou a cor da pele, ou seja, todos os adolescentes apresentam respostas equivalentes.

Se existem dificuldades para se conceituar a discriminação racial, o mesmo não acontece com a identificação de sua ocorrência. Estudos posteriores devem aprofundar a discussão buscando descrever a reação das pessoas diante da discriminação racial, verificando se conseguem superar a carga histórica que pesa sobre os negros ou se terminam se omitindo diante do problema. Cavalleiro (2001) afirma que a convivência acompanhada da ausência de reação diante da discriminação racial implica na sua reprodução e banalização.

Nas questões referentes ao local, Tabela 3 logo abaixo, a incidência é maior no espaço público, a rua, onde as pessoas que agem com discriminação racial estão de certa forma protegidas por uma espécie de anonimato social, pois não conhecem de forma mais íntima as pessoas que são alvo da discriminação, nem são por elas conhecidas.

O alto índice de discriminação racial no ambiente escolar pode ser explicado pelo fato de ser o local onde o adolescente passa cerca de metade do dia, e serve para deixar claro o quanto a escola reflete os valores e o jogo de poder que acontece fora dos seus muros.

Apesar do questionário não fazer uma distinção entre as diferentes formas de expressão da discriminação racial, estudos posteriores devem aprofundar essa discussão, pois devem existir diferenças entre a discriminação que ocorre na rua, entre estranhos, e a discriminação que se dá na escola, entre pessoas que convivem no dia-a-dia.

Esses dados chamam atenção para o fato da escola poder ser apontada como um dos espaços nos quais ocorre a propagação do preconceito e da discriminação racial, o que ressalta a importância dela assumir uma postura crítica diante desse quadro sócio-cultural, trazendo esse tema para a pauta de discussão e diálogo entre toda a comunidade escolar, se possível, envolvendo a comunidade circunvizinha.

Tabela 3 – Relação dos locais onde os adolescentes já presenciaram discriminação racial

Local	Sim		Não	
	N	%	N	%
Rua	83	59.3	57	40.7
Escola	70	50.0	70	50.0
Loja	38	27.1	102	72.9
Ônibus	30	21.4	110	78.6
Festa	25	17.9	115	82.1
Casa	19	13.6	111	86.4
Outros	10	7.1	130	92.9

Nos outros locais, podemos observar a influência de alguns aspectos atenuantes que contribuem para diminuir a incidência de discriminação racial, nas lojas e ônibus em função da pessoa negra estar na posição de consumidor ou cliente, passando por um processo de “empoderamento”, pois ganha poder na medida em que está no pólo afirmativo da relação comercial de compra. A festa e a própria casa, por sua vez, são

espaços íntimos, que se restringem a pessoas que possuem laços afetivos e de amizade, mas que nem por isso ficam totalmente imunes à questão da discriminação racial.

A Tabela 4, abaixo, descreve dados que colocam o adolescente no centro da questão, quando os interroga para saber se já foram alvo de alguma ação de discriminação racial. Curiosamente, observa-se um contraste entre o percentual de adolescentes negras e negros que já presenciaram ações de discriminação racial (primeira questão – 87,1%) e o percentual de adolescentes negras e negros que já foram vítimas de discriminação racial, 45,2%.

Tabela 4 – Relação dos adolescentes que já sofreram ações de preconceito, divididos por gênero e cor da pele

Cor da pele	Total	Gênero			
		Masculino		Feminino	
		Preconceito		Preconceito	
		Sim	Não	Sim	Não
Negra	31	5	6	9	11
Branca	31	3	11	2	15
Amarela	28	0	7	2	19
Morena	13	0	9	0	4
Parda	35	1	9	0	24
Total		6,5%	30,4%	9,4%	52,9%

Se tantos já presenciaram ações de discriminação, mas poucos foram alvos dela, isso pode significar que os negros e negras discriminados são outros, ou que existe uma dificuldade em assumir-se como vítima dessa situação social.

Outro dado importante, é que a discriminação racial é especificamente contra as pessoas negras, pois a incidência é bem menor e até nula para os adolescentes com outros tons de pele. A vantagem de se ver como pardo, e não como negro, fica evidente a partir desses dados. Isso, porém, redundará em implicações negativas do ponto de vista da construção de uma identidade do negro enquanto grupo social a ser valorizado.

Curiosamente alguns adolescentes brancos relataram que já foram vítimas de ações de discriminação racial, o que precisava ser melhor investigado. De acordo com a definição conceitual de racismo e preconceito racial, isso só seria possível se ocorresse uma inversão completa de posições, ou seja, em uma outra sociedade na qual o negro fosse considerado como referente e modelo, aproveitando-se dessa situação para dominar o branco.

É possível que ocorram situações sociais de conflito entre grupos de adolescentes negros e brancos, nas quais os brancos sejam vítimas de hostilizações e agressões, mas esse fenômeno se aproxima mais de uma rejeição social, como parte do problema da violência urbana ou de outras questões que não a discriminação racial, conforme caracterizada nesse estudo.

Após a descrição de algumas experiências de vida, que permitem conhecer parte da conjuntura social e da realidade escolar na qual os adolescentes estão inseridos, O Quadro 1, abaixo, apresenta uma síntese das respostas dos adolescentes entrevistados que se declararam negros e, ao mesmo tempo, vítimas de discriminação racial (n=14), sendo 9 mulheres e 5 homens, sobre as formas de expressão da discriminação racial.

As respostas podem ser divididas em 3 categorias de expressões depreciativas: (1) pejorativos, quando se faz uma comparação com animais, negando a sua humanidade, ou com objetos de pouco valor, (2) xingamento, quando se emprega uma palavra obscena que insulta a pessoa, (3) subordinados, quando se utiliza expressões que inferiorizam a pessoa. Veja alguns exemplos no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Relação de termos relatados pelos adolescentes como formas de discriminação racial

<i>Pejorativos</i>	<i>Xingamentos</i>	<i>Subordinados</i>
Macaco; Carvão; Sombra; Raspa de caminhão	Preto safado	Sola do sapato, só serve para pisar em cima; Cabelo de Bombril; Macumbeiro; Favelado

A linguagem deve ser entendida como um dos veículos centrais na identificação das representações sociais, pois expressa com clareza os significados atribuídos, nesse caso, às pessoas negras.

Segundo Fiorin (1988:77), quando um enunciador utiliza em seu discurso elementos de uma formação discursiva dominante, de certa forma, contribui para reforçar as estruturas de dominação. Se pretende que o discurso contribua para transformar o mundo, deve se valer de outras formações discursivas que coloquem em xeque as estruturas sociais atuais.

Pode-se, portanto, afirmar que o uso da linguagem tem um caráter dialético, tanto pode ser um instrumento de libertação como de opressão, algo comprometido com mudanças ou com a conservação. Nos casos descritos acima, a linguagem claramente reforça a discriminação racial, mesmo que às vezes as expressões sejam ditas em tom de brincadeira.

#### *Considerações finais*

Os resultados reforçam a importância da inclusão do tema, discriminação racial, dentro do currículo das escolas de Educação Básica, de forma a ser desenvolvido com mais seriedade e ao longo de todo o período da escolaridade obrigatória.

Além de manter uma postura crítica em relação aos mecanismos de perpetuação da discriminação racial que estão presentes dentro da própria escola, os educadores devem investir na “desconstrução” dos estereótipos negativos em relação ao negro, ao mesmo tempo em que devem construir uma identidade positiva das pessoas negras, sem folclorizar sua imagem nem tampouco apontá-lo como um simples imigrante que contribuiu de forma pouco significativa para a história do Brasil.

#### *Referências Bibliográficas*

- ALEXANDRE, Marcos. *Representação social: uma genealogia do conceito*- Revista Comum- Rio de Janeiro –v.10-n23-p. 122 a 138- julho/dezembro 2004.
- BENTO, Maria Aparecida Silva .*Um olhar sobre a representação da escola para as mulheres negras adolescentes*- NUEVA.Unespe/FCL/Car.Departamento de Sociologia – Simpósio Internacional do Adolescente 2005.
- CARONE, Iray e BENTO Maria Aparecida Silva (organizadoras) *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*/ Vários Autores Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CAVALLEIRO, Eliane. (Orga.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001.
- DAOLIO, Jocimar. *Da cultura do corpo*. 11. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.
- NOGUEIRA, João Carlos; Organizador Geral - Série pensamento negro em educação- Vol 1- *As idéias racistas , os negros e a educação* – 2ª edição – Editora Atilende (Núcleo de Estudos Negros) Florianópolis (SC) Dezembro de 2002
- SÁ, Celso Pereira de. *Núcleo central das representações sociais*. 2. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.



OLIVA, Anderson Ribeiro. *Sobre a cor da noite: teorias raciais e visões sobre o negro em meio aos debates científicos da passagem do século XIX o XX*. Revista múltipla, Brasília, 8(14): 87 – 123 junho- 2003.

\_\_\_\_\_. Educação Anti racista: Caminhos Abertos pela Lei Federal nº 10.639/03/ SECAD- Brasília: MEC, 2005

\_\_\_\_\_. Superando o racismo na escola. 2º edição revisada/kabengele Munanga organizador. Ministério da Educação, Secretaria Educação Continuada, Alfabetização E Diversidade, 2005.

\_\_\_\_\_. História da Educação do Negro e outras histórias /Organizador: Jeruse Romão. .Ministério da Educação, Secretaria Educação Continuada, Alfabetização E Diversidade, 2005.

SHIGUNOV, Viktor. *Pedagogia da educação física: o desporto coletivo na escola, os componentes afetivos*. São Paulo: IBRASA, 1994.

Gildéte Rainha de Lima

Professora de Educação Física – Secretaria de Estado de Educação do DF

QNO 20 conjunto 07 casa 25 – Setor O Ceilândia – DF CEP 72261207

[gil.ebony@yahoo.com.br](mailto:gil.ebony@yahoo.com.br) gildetepie@hotmail.com

Alexandre Luiz Gonçalves de Rezende

Professor da Faculdade de Educação Física – UnB

SMPW Quadra 12 Conjunto 1 Lote 7 Casa H – Park Way – Brasília-DF

rezende@unb.br

Recursos tecnológicos necessários

Data show com caixas de som.